

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 146.ª Sessão Ordinária
Realizada em 13 de setembro de 1971 — (2.ª-feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Quielise Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguiinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zarusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacfi, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfredi, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomei, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Lopes Júnior, Igo Losso, Ovidio Franzoni, Pinto Dias e Wilson Brandão (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada 25 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. Deputado Ivo Tomazoni, solicitando REGIME DE URGÊNCIA para a Proposição n.º 73.71.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requerem a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido dia 9 do corrente, do jovem CARLOS ALBERTO BRAGA SILVA.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1971.

(aa) Maurício Fruet, Acyr José, Borsári Netto.

Requerimento

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requeiro seja registrado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. ANA SALEVIS FIALLA, ocorrido nesta Capital, dando-se ciência da manifestação da Casa aos seus familiares, à Alameda Dona Izabel, 880.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1971.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

Nos termos do Regimento Interno, requeiro a inserção na ata dos nossos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. BRASÍLIA MENDES FARIA, ocorrido nesta Capital, na última sexta-feira.

A extinta era pessoa bastante relacionada em nossa Capital, e mãe do Sr. Osvaldo Faria, dedicado servidor desta Assembléia, tendo o seu falecimento repercutido intensamente.

Requeiro, ainda, que da manifestação da Casa, seja dado conhecimento à ilustre família-enlutada, na pessoa do Sr. Osvaldo Faria.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1971.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

Ponta Grossa, cidade que tenho a honra de representar nesta Assembléia Legislativa, viveu momentos de intenso civismo na semana consagrada ao culto da independência de nossa Pátria.

Naquela oportunidade, sintonizando com o intenso júbilo registrado em todo o Brasil, a nossa cidade reviveu uma das mais memoráveis demonstrações de amor à Pátria, verdadeira conscientização de nossa maturidade cívica.

Grandiosos desfiles escolares, palestras e conferências proferidas pelas nossas autoridades, sessões cívicas, etc., fizeram com que a tradição de Ponta Grossa como Capital Cívica do Paraná, fôsse plenamente confirmada.

Para que estas comemorações se revestissem do brilhantismo alcançado, todo o povo pontagrossense reconhece o trabalho e a dedicação do coordenador da programação da Semana da Pátria em nossa cidade, que foi o Comandante da 5a. Infantaria Divisionária, General Antônio Ferreira Marques. Sua Excelência, dando uma cabal demonstração do elevado espírito patriótico que o anima, consciente das graves responsabilidades que as suas funções exigem, procurou por todos os meios superar dificuldades, conciliando a todos, sem diferenciação de facções políticas ou quaisquer outros preconceitos, para que realmente, este ano, na oportunidade da semana dedicada ao culto da Pátria, todos concorressem para que o nosso civismo fôsse revitalizado, proporcionando demonstrações de raro brilhantismo.

Por este motivo, Senhor Presidente, na forma regimental, com a devida aprovação do Plenário, requerido que seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de louvor ao General Antônio Ferreira Marques, digno Comandante da 5a. Infantaria Divisionária, sediada em Ponta Grossa, pela maneira exemplar com que se tem conduzido em nossa comunidade.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1971.

(a) David Federmann

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, a inserção em ata de um Voto de Congratulações ao Sr. Diretor do Departamento de Limpeza Pública da Prefeitura Municipal de Curitiba, HERAILTON THIELE, que desempenha o cargo referido há 28 longos anos, sempre com enorme zelo e indelével eficiência, o que o torna merecedor da admiração e gratidão de todos os munícipes curitibanos.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1971

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de registro ao médico paranaense Dr. DOMÍCIO PEREIRA DA COSTA.

O conhecido médico, tendo em vista os relevantes serviços prestados como profissional e como professor, foi homenageado, na última semana, pela Sociedade Brasileira de Ginecologia, recebendo, em solenidade realizada na Guabara, a comenda "FERNANDO DE MAGALHÃES", que visa premiar os expoentes da ginecologia e obstetrícia em nosso País.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Dr. Domicio Pereira da Costa, cumprimentando-o pela merecida homenagem.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1971

(a) Maurício Fruct

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o registro de um voto de congratulações à Rede Ferroviária Federal, pela magnífica ação que vem desenvolvendo em benefício da economia paranaense, em termos de escoamento da produção agrícola, em direção ao nosso pósto de exportação.

Em especial, o requerimento deseja ressaltar a recente operação conjunta Rede-Cargil, através da qual a direção da referida ferrovia colocou à disposição da firma Cargil Agrícola S. A. uma composição de vinte e nove vagões para o transporte de 1.000 toneladas de milho, da localidade de Randeirantes às proximidades da embarcação, no cais do porto.

Tal evento, Senhor Presidente, merece os nossos aplausos, pelo que pode trazer de benefício tanto aos exportadores quanto aos transportadores, tudo em proveito da economia do Paraná.

Requer, ainda, que da presente solicitação se dê conhecimento à Rede Ferroviária Federal, na pessoa do seu ilustre Diretor, Doutor Ivo Máximo Domingues.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1971

(a) Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer seja levado ao conhecimento do Senhor Secretário da Agricultura a incidência da infestação de insetos destruidores na lavoura de trigo na região Centro Oeste do Estado, onde se localizam as maiores culturas do Paraná e que o combate à praga depende de aplicação de inseticidas por via aérea e que esse trabalho é dificultado pelas precárias condições das pistas de pouso situadas em pontos estratégicos da região. Tendo em vista o exposto, solicita medidas urgentes por parte do Governo estadual no sentido de serem estas pistas prontamente reparadas pelo Distrito Rodoviário da Região.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1971

(a) Nivaldo Krüger

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que ao final subscreve, no uso de prerrogativas regimentais, requer, após audiência da Casa, encaminhe-se expediente ao Diretor do Departamento Estadual de Trânsito, engenheiro MARCOS PRADO, apelando a Sua Senhoria para que proceda, juntamente com o Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba — IPPUC, o restudo da disciplinação de tráfego nas ruas Marechal Floriano Peixoto e Desembargador Westfalen, com o objetivo de melhor utilizar aquelas vias no acesso aos bairros da Zona Leste de Curitiba, São José dos Pinhais, Aeroporto e rotas rodoviárias de Porto Alegre, São Paulo, Joinville e Paranaguá.

Para tanto, se aprovada a presente proposição, deverão ser encaminhadas cópias de seu inteiro teor e justificativa, tanto ao Diretor do Detran quanto à Presidência do IPPUC e comando do Batalhão de Sinalização de Tráfego, bem assim de notas taquigráficas das manifestações em Plenário que o assunto possa provocar.

Ao final, requer, ainda, registre-se moção de estímulo ao Diretor do Departamento Estadual de Trânsito, pelo bom senso e conhecimento técnico com que Sua Senhoria está conseguindo superar as deficiências várias resultantes das obras em andamento no centro da cidade, bem assim ao Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba e ao Conselho de Sinalização de Tráfego, pela valiosa contribuição.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1971.

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

Com a experiência de já termos exercido a Diretoria do Departamento de Trânsito, tivemos recentemente a oportunidade de manifestar, publicamente, nosso aplauso à política implantada naquele órgão pelo engenheiro MARCOS PRADO, não só pela disciplinação de tráfego, como sanando vícios burocráticos que já se consideravam arraigados demais para debelar.

Ainda neste fim de semana, Sua Senhoria colheu importante êxito, ao anunciar ao público e às financiadoras de veículos o aceleração na concessão dos certificados de propriedade e licenciamento, atendendo apelo do comércio de automóveis, por nós defendido nesta Casa, e dinamizando um campo de atividade do qual subsistem milhares de famílias.

As modificações que vêm sendo implantadas quase semanalmente no trânsito de Curitiba, solucionando, na medida do possível, as emergências criadas pelas interdições de ruas, estão revestidas de um sentido mais amplo que o evidente. Além de quase milagrosamente solucionarem o problema imediato, tais alterações dignificam desde já uma nova concepção: o curitibano está apreendendo a rodar mais para trafegar melhor, captando mentalidade que permitirá, tão logo seja desobstruído o centro, a implantação definitiva de uma política de trânsito racional e segura.

Ressalta nessa dinâmica maleável operosidade, coragem e técnica administráveis. A ponto de se afirmar que o Detran, assessorado pelo IPPUC, e ajudado pelo Batalhão de Sinalização, está conseguindo sustentar o prestígio da Municipalidade da própria administração do Estado na Capital. Não fosse, sem seus esforços, o caos urbano teria derrotado a paciência do curitibano levando-o à descrença e ao protesto.

Objetivamente, propõe-se o restudo das condições de tráfego nas ruas Marechal Floriano Peixoto e Desembargador Westfalen, importantes ligações entre centro e bairros da Zona Leste, São José dos Pinhais, Aeroporto e várias rotas rodoviárias.

A experiência já demonstrou que essa comunicação é precária. A rua Desembargador Westfalen ficou sobrecarregada com o formidável volume de tráfego de quem se dirige aqueles pontos, engrossado por veículos que para

ela convergem pelas grandes avenidas transversais (Visconde de Guarapuava, Iguacú, Sete de Setembro, Getúlio Vargas, Kennedy, etc). Enquanto isso, a Marechal Floriano está com capacidade de tráfego ociosa, permitindo-se o luxo de estacionamento livre nas duas faces. Tratando-se de uma via larga, que custou caríssimo ao Município, pela estrutura capaz de suportar o mais pesado dos tráfegos, essa realidade parece ainda mais incongruente.

Necessária se faz a reimplantação de mão dupla na Marechal Floriano, para normalização do tráfego com a Zona Leste. O único óbice aparente seria o elevado número de acidentes que ali se verificava, nas conversões à esquerda, isto é, quando veículos cruzavam a corrente de tráfego de sentido inverso. Parece-nos que, mais viável do que simplesmente abolir as duas vias, melhor seria proibir as conversões à esquerda, salvo alguns poucos cruzamentos principais, onde estaria implantada sinalização quádrupla, como a colocada no cruzamento da rua João Negrão com Avenida Visconde de Guarapuava.

Para que o Detran inovasse nesse sentido, necessário seria um apoio integral da Polícia Militar, através do Batalhão de Sinalização de Trânsito, outro órgão que se tem saído airoso da atual emergência e que, por certo, está apto a emprestar um pouco mais de sacrifício e dedicação.

É nossa confiança que seremos apoiados nesta proposição, e que o assunto será estudado com carinho e despreendimento pelo Detran, IPPUC e Batalhão de Sinalização. Se a atual situação é um equívoco, deve-se elogiar esse próprio equívoco, desde que corrigido com oportunidade. Porque somente comete enganos quem age. E aos muitos enganos que ainda possam surgir na disciplina do trânsito, devemos saudar primeiro com admiração. Serão sinais de que nunca o Detran foi tão solicitado e agiu com a presteza e a coragem que dele se espera.

— (Assume a Presidência o Sr. Deputado Antônio Costa).

Está finda a leitura do Expediente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Somos Deputado integrado num partido oposicionista. Nossa linha de conduta sempre foi pautada de forma coerente. Jamais procuramos tergiversar e sempre, no afã de defender com intransigência a linha de conduta do MDB, procuramos demonstrar ao povo do Estado a nossa coerência político-partidária. Jamais fomos e jamais seremos oposicionista sistemático e, assim sendo, gostaríamos de registrar e consignar nos Anais da Casa a nossa manifestação de entusiasmo e simpatia a um dos grandes Ministros que a Nação possui.

Referimo-nos, sem dúvida alguma, ao Cel. Mário Andreazza. Na semana passada o titular do Ministério de Transportes esteve em Paranaguá acompanhado do Almirante Diretor do D.N.P.R.V.N., com o objetivo de inaugurar o silo que custou à Nação 11 milhões de cruzeiros, silo este que tinha como principal objetivo, não somente a secagem de milho como também abreviar o embarque daquele produto nos porões dos navios.

O Porto de Paranaguá ressentia-se desta grande obra que o Governo Federal doou à Nação e com a qual só podemos nos congratular.

Na ocasião em que lá esteve o Ministro Mário Andreazza, como não podia ser de outra forma, demonstrou aquela vivacidade, aquele entusiasmo que contagia todos os brasileiros. É um homem dinâmico por excelência, a quem rendemos, neste instante, nossa homenagem, não porque ele se interessa, vez por outra, por Paranaguá, nem porque prometeu uma segunda pista Paranaguá-Curitiba, mas porque homem dessa estirpe merece sempre nossa simpatia.

S. Exa. ao prometer a segunda pista da BR-227 atingiu um ponto de real importância, pois que verificamos, na Semana da Pátria, um congestionamento tremendo nessa estrada, fazendo uma fila única de Paranaguá—Curitiba. E na promessa que fez S. Exa. de que essa pista será duplicada parabenizamo-nos com S. Exa. e fazemos votos que continue sempre à frente do Ministério de Transportes para que, com sua política agressiva, possa contribuir para o progresso do Brasil.

Portanto, ficam aqui nossas palavras e nossos votos para que S. Exa. continue no Ministério dos Transportes bem como também continue o Sr. David Isaac Molosian que de perto colabora com S. Exa..

Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Maurício Fruet.

Não se encontrando presente o nobre Deputado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinatti, (terceiro orador inscrito).

O SR. ANTONIO BELINATTI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Estou providenciando uma matéria para submeter à apreciação desta augusta Casa de Lei, matéria que objetiva reivindicar ao Sr. Ministro do Trabalho, Júlio Barata, a extensão de Bolsas de Estudo para as escolas de nível superior para aqueles que são sindicalizados. Existe um órgão do Ministério do Trabalho, Programa Especial de Bolsas de Estudo, que concede de 230 a 390 cruzeiros por ano para que os jovens sindicalizados possam frequentar o ginásio, o científico, ou cursos equivalentes. Porém, hoje, é comum encontrarmos comerciários, bancários, elementos sindicalizados que concluíram o curso de nível médio e que ficam privados do direito de frequentar uma Faculdade, tendo como consequência a não inclusão do ensino superior no Programa de Bolsas de Estudo do Ministério do Trabalho.

E a única solução é exatamente aquela do PEEB do Ministério do Trabalho para favorecer os jovens sindicalizados, dando a eles a oportunidade de ser um bolsista, de ter seus estudos pagos pelo Ministério, pois, caso contrário, as anuidades são elevadas e privam o nosso jovem sindicalizado do direito de frequentar uma faculdade.

E por último, sr. Presidente, srs. Deputados, ontem, no Programa Flávio Cavalcanti, pudemos verificar que o Sr. Haroldo Leon Peres, Governador do Estado, homem que, como Governador tem recebido críticas de nossa parte, tem recebido uma oposição por parte do MDB, que aqui veio com objetivo naturalmente sadio de criticar construtivamente e de prestigiar o Governo do Estado na parte administrativa, naquilo que fôr em favor do povo e fazer oposição na parte política do atual Governador do Paraná:

E apesar do nosso pensamento, de que o sr. Haroldo Leon Peres parece não ter nascido com o dom de ser Governador. Pudemos encontrar, ontem, em S. Exa. uma nova faceta, uma nova personalidade como jurado de um programa de televisão. Por sinal, saúde-se, muito bem, o sr. Haroldo Leon Peres como membro do júri de um programa de televisão, se não me engano, participando do mesmo no lugar do conhecido costureiro Clodovil que teria ficado impossibilitado de comparecer. Nota 10 ao Governador Haroldo Leon Peres que se revelou um grande júri.

Acreditamos nós que a continuar assim, dentro de pouco tempo, o atual Governador do Paraná, Governador de um Estado tão grande como o Paraná, Governador de um Estado com tantos problemas como o nosso Paraná, os Canais de Televisão do Rio e São Paulo virão correndo ao nosso Estado para contratá-lo como júri de tantos outros programas que são levados ao vídeo da televisão brasileira. Realmente, o sr. Haroldo Leon Peres esteve numa noite magnífica. Ficou sentado durante cinco horas para participar como júri de um programa de televisão esquecendo-se de todos os pro-

blemas do Paraná e deixando de lado seu cargo de Governador para transformar-se em astro da televisão brasileira. É o setôr quem sabe, que se enquadre melhor a um homem chamado Haroldo Leon Peres. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o quarto orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Em dias da semana passada tivemos oportunidade de ler na "Gazeta do Povo", declaração da Câmara Municipal de Pôrto Alegre mostrando-se surpresa ao verificar que o Diretor do Serviço de Limpeza da Prefeitura de Curitiba, às primeiras horas da manhã, estava à frente de seus operários no serviço de limpeza urbana da cidade.

Este é um fato que credencia o Diretor do Serviço de Limpeza da Prefeitura Municipal, é um fato que nos alegra e nos deixa satisfeitos. Para nós não constitui novidade alguma porque conhecemos bem esses funcionários e sabemos de sua dedicação e amor à causa pública. A Prefeitura Municipal de Curitiba tem outros Diretores que, infelizmente, foram relegados ao esquecimento. O sr. Prefeito Municipal, na composição de seu "staff" deixou-se levar mais por questões políticas do que pelas reais qualidades de seus colaboradores.

Sr. Presidente, srs. Deputados, todos sabem que o atual Governador do Paraná não gosta de mim e nem eu dele, não é novidade nenhuma. Todavia, não estou de acordo com o achincalhe que se pretende fazer ao primeiro mandatário de nosso Estado. Achamos que a figura do Governador está acima de críticas levianas, pois estamos preservando a própria gente paranaense. Não vejo nada demais que o sr. Governador compareça a um programa de televisão, mal educado seria se convidado para o programa ali não compa-recesse.

Lembramos que o sr. Paulo Pimentel, de quem, com muita honra, fui líder nesta Casa, também compareceu a um programa de televisão, a um programa de humorismo, "A Praça da Alegria" e ninguém, naquela oportunidade, lembrou-se de achincalhar o Governador do Estado, pelo contrário, ele projetou o Governo de nosso Estado, além das fronteiras do Paraná. Não concordamos com o conceito emitido por um jornalista há poucos dias, no "Diário de Notícias", dizendo que Haroldo Leon Peres era o pior Governador do Brasil. Não concordo com isso, absolutamente. Vai assim meu voto de repúdio pessoal contra essa campanha de desmoralização que se faz contra o próprio Paraná.

E não estou dizendo isso para bajular o Governador do Estado, contra quem tenho minhas restrições pessoais; estou numa faixa de independência, cuidando unicamente dos interesses do meu Estado. Mas não concordo que sr. achincalhe, como quis fazer o nobre Deputado Antônio Belinati, o Governador do meu Estado, porque é ele o Governador do Estado do Paraná, do meu Estado. Devemos prestigiar esse homem de uma maneira ou outra, porque fazendo o sr. Haroldo Leon Peres uma boa administração, a gente paranaense conseguirá atingir seu grande objetivo, que é de fazer desse pedaço do Brasil uma terra respeitada, uma terra pujante, não só no setor econômico, como também social.

Portanto não concordo, absolutamente, com essa campanha de descrédito contra o atual Governador do Paraná, embora não concorde com S. Exa. em muitos atos, mas a posição deve ser em termos elevados sem baixar ao terreno pessoal. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Sebastião Rodrigues, quinto orador inscrito.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Pretendo ocupar esta Tribuna por breves instantes, a fim de tecer algumas considerações sobre um assunto que reputo da maior importância para a Capital de nosso Estado.

Não sou representante de Curitiba neste Legislativo e nem tenho aqui a pretensão de ser aquele que mais irá reivindicar em benefício da Capital do Estado. Entretanto, quero dar às minhas palavras mais o sentido de testemunho, porque recebo semanalmente pessoas que aqui vêm, do interior ou mesmo de fora do nosso Estado. Como turismo, a nossa Capital apenas possui Santa Felicidade e para lá tenho levado todos aqueles que nos visitam em Curitiba. E saem, confesso aos Senhores, decepcionados.

A falta de estradas para Santa Felicidade, deixa a todos que para lá se dirigem, possuídos de uma desagradável surpresa.

A água enxada é apenas notícia e a má iluminação é uma realidade. De turismo mesmo, Santa Felicidade possui apenas o risoto.

O que está presente naquele bairro é, na verdade, a iniciativa privada. A iniciativa do poder público, de lá se encontra ausente. Onde está a PARANATUR, onde está a Prefeitura Municipal, a fim de fornecer aquilo que se conveniou chamar de principal atração turística de Curitiba, os meios necessários para transformar isso em realidade?

É lamentável o que estamos assistindo. Reputamos que as medidas que tomarão, de fato, Santa Felicidade, o setor turístico de maior atração, devem ser tomadas com a máxima urgência. Planos são traçados, mas não vemos nada de concreto, a fim de que Santa Felicidade se transforme naquilo que todo curitibano deseja, o local de atração turística, mas com estes requisitos que o tornem de fato, algo capaz de chamar a atenção em nossa Capital. Digo isto como testemunha, repito, porque tenho frequentado quase que sempre Santa Felicidade, para lá tenha levado os amigos que me visitam, do interior e mesmo de fora do nosso Estado, e, saio de lá quase sempre constrangido. Imaginem os Senhores, o péssimo estado dos caminhos que conduzem à Santa Felicidade — quem percorrer aquela estrada poderá chegar a qualquer conclusão, menos a de que se trata de um caminho que conduz a um dos principais pontos turísticos do Paraná; a iluminação da via pública ineficiente, a falta de qualquer edificação de maior significado turístico e também a deficiência da instalação do encanamento de água e esgoto.

Deixo aqui estas palavras e quero deixar também o meu apelo às autoridades responsáveis pela Capital do Estado, a Paranatur, para que façam meus planos e busquem, na verdade, dar à Santa Felicidade aquele significado turístico que existe no papel, a fim de que possamos nos sentir orgulhosos em levar a Santa Felicidade aqueles que aportam à nossa Capital.

Assim sendo, tenho certeza que num futuro próximo a iniciativa pública, dando a sua contribuição juntamente com a iniciativa privada que se encontra em Santa Felicidade trabalhando efetivamente pelo desenvolvimento daquele bairro, tenho a certeza de que teremos, em Santa Felicidade, a atração turística que será um orgulho para todos os curitibanos e todos os paranaenses. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao sr. Deputado Arthur de Souza, sexto orador inscrito.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Felizmente não são todos os Deputados e principalmente do MDB, que usam deste expediente solerte de, quando querem atacar alguém, não o fazem no Grande Expediente porque sabem que não serão aparteados, e, deste expediente excuso usou há pouco o nosso colega deputado Antônio Belinati.

Nós perguntaríamos — somos colegas do Deputado duplamente, porque também somos radialistas como ele o é — se ele veria algum desdouro, se

fôsse convidado, como Deputado, para comparecer ao programa de Flávio Cavalcanti, ainda que no lugar do costureiro Clodovil, porque, em primeiro lugar o moço não é um titular do programa, ele estava sendo homenageado como foi homenageado o nosso Governador, no momento em que recebeu àquêle convite. Porisso perguntariamos se Sua Excelência se negaria a comparecer ao programa, se ele veria desdouro em ir ao programa, um programa tão ouvido, tão importante, que tem abraçado causas de tanta profundidade que têm merecido comentários aqui na própria Assembléia Legislativa, como por exemplo, aquela causa que abraçou Flávio Cavalcanti quando falava sobre o homem que chegava à aposentadoria e com isso chegava também ao ocaso da sua vida, ou seja, que assim era considerado, porquanto as portas lhe eram fechadas para novas oportunidades. Teses como estas e tantas outras, como dissemos, de relevância, ali têm sido abordadas.

Nós entendemos que Sua Excelência o Sr. Governador do Estado não poderia negar-se, no momento em que foi convidado, a comparecer àquêle programa, e, foi muito feliz na sua atuação, muito discreto, recebendo o aplauso dos paranaenses que ficaram orgulhosos de ver o primeiro mandatário com aquela oportunidade detrazer em relevo o nome do seu Estado. Porque a despeito dele ser carioca ele em todos os momentos frisou o seu amor ao Paraná, uma causa que abraçou quando foi instituído de um mandato.

De modo que lamentamos e achamos que foi de uma infelicidade à toda prova, o sr. Deputado Antonio Belinati. Foi infeliz, foi solerte, porque ele deveria falar no Grande Expediente, ele tinha a intenção de fazer um ataque como fez, de ridicularizar. Porque ele não apenas atacou, não veio à Tribuna fazer críticas construtivas, ele sabia que esta crítica era uma crítica marota e o fez no Pequeno Expediente, entrincheirado como eu estou agora entrincheirado. Porque eu tenho certeza que S. Exa. gostaria de me apartear, e está louco para isto, mas não pode porque eu também estou esteiado por este Expediente, estou no Pequeno Expediente, onde não se admitem apartes, onde o Regimento não permite. Nós elogiamos, nós louvamos os srs. Deputados do MDB, que têm vindo no Pequeno Expediente para fazer sugestões, como fez há pouco o nobre Deputado Sebastião Rodrigues, falando sobre Santa Felicidade, que quer melhoramento, pedindo, solicitando às autoridades que olhem por aquêle bairro que é uma atração é um chamaris do turismo curitibano. Mas vir a este microfone, a esta Tribuna, no momento do Pequeno Expediente, para valer-se do escudo que lhe oferece, isto, nós entendemos que é uma manobra pouco honesta.

Era o que eu tinha a dizer sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, eminentes srs. Deputados.

É técnica da boa Administração e isto está comprovado por todos aqueles que se dedicam a problemas administrativos, não só em empresas particulares e empresas privadas, mas principalmente aqueles que são os responsáveis pela administração nos setores públicos dos Estados, dos Municípios, que o próprio Governo, em delegar poderes aos mais diferentes órgãos, em atribuir funções de responsabilidade aos mais diferentes serviços, tem dois propósitos fundamentais.

O primeiro deles, facilitando a execução dos trabalhos.

O segundo, desburocratizando, de todas as maneiras, todos os fatos que, porventura possam emperrar a máquina administrativa do Estado. Foi com este propósito, e tendo a certeza de que esta medida de descentralização administrativa é medida excelente sob todos os aspectos, é que estranhamos, ao ler o Diário Oficial do último 30 de agosto do corrente ano, o Decreto de número 705, assinado por S. Exa. o Sr. Governador do Estado. Não é nosso propósito criticar aqui, a orientação do Sr. Chefe do Poder Executivo; é nosso propósito, isto sim, solicitar esclarecimentos aos eminentes companheiros que integram a Bancada da ARENA, para quais propósitos S. Exa. o Sr. Governador do Estado, tomou a decisão, por intermédio deste Decreto, que

estabelece que as medidas mediante autorização dos responsáveis pela unidade administrativa para compras e obras, e serviços de pequeno vulto entendidos como tal, os que envolveram importância superior ao maior salário mínimo mensal. Isto significa, Srs. Deputados, que o Diretor do Departamento só pode efetuar compras, é claro, pedindo a liquidação normal, quando esta compra não fôr superior a três mil cruzeiros. Se o valor da compra fôr de 15 salários a seis salários mínimos, isto é, de três mil até 20 mil cruzeiros aproximadamente, o Diretor do Departamento poderá efetuar esta compra. E, ultrapassando esta importância, somente poderá o Diretor do Departamento ou o Secretário de Estado efetuar a compra se houver autorização do Chefe do Executivo.

V. Exa. entende de Administração. V. Exa. sabe dos inúmeros problemas que afligem o Governo do Estado e nestas condições, vão imaginar por certo, o volume de despacho que S. Exa. será obrigado a dotar. E, uma vez cumprido o Decreto — já tivemos a ocasião de nos referir, é que entrará em vigor no próximo dia 26 de setembro do ano corrente.

Acreditamos que esta medida, ao invés de favorecer o desenvolvimento do Estado, irá emperrar a Administração. É claro que não vamos dizer que há desconfiança do Chefe do Poder Executivo com relação a seus Diretores e Secretários, pois isto seria uma aberração, porque os homens escolhidos pelo Governador são pessoas de sua absoluta confiança. Nestas condições, não quereríamos que qualquer coisa viesse a emperrar a Administração Pública do Estado, e gostaríamos que os eminentes companheiros da Aliança Renovadora Nacional que tivessem maior conhecimento do assunto, pudessem nos esclarecer melhor. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente. Passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Grande Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto é exportação, é Porto de Paranaguá. Falar em exportação é falar naquilo que mais interessa à economia do nosso Estado. Estamos registrando este tópico porque entendemos que o progresso do nosso principal Porto tem sido possível graças à perfeita sintonia que existe entre a Rede Ferroviária Federal e as autoridades estaduais. Isto tem assegurado condições excelentes para o progresso do nosso principal Porto exportador, o de Paranaguá. Há dias passados a Rede Ferroviária Federal, interessada que está no escoamento de nossos recursos ao Porto de Paranaguá, facilitou sobremaneira a Acagil, cedeu à Acagil mil toneladas de milho, cedeu à Acagil uma composição inteira de 29 vagões que levou, de Bandeirantes a Paranaguá, do centro produtor ao exportador, esta partida de milho, para que pudessemos registrar um recorde na nossa exportação. E entendemos o interesse enorme que a Rede Ferroviária demonstra, facilitando as exportações. Queremos render nossa homenagem ao Diretor Geral da Fêde, Dr. Ivo Domingues que, num gesto altamente nobre, altamente patriótico, entendeu a necessidade do interior com o litoral. E, naquela oportunidade, as demais firmas exportadoras, verificando o interesse da Rede em facilitar a exportação adotaram o mesmo critério da Acagil; entramos em contato com o Diretor da Rede e o Sr. Diretor declarou que a Rede está à inteira disposição das exportadoras, para que o Paraná possa ser um grande Estado exportador. Fazemos um requerimento, endereçado à Mesa e, se aprovado fôr, a Rede irá receber nossos aplausos, através de nosso requerimento. Entendemos que gestos desta natureza são um atestado eloquente dos Governos Federal e Estadual de que, irmanados, poderemos chegar à condição que queremos, de segundo Estado da Federação. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Grande Expediente, Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Designados pelo Líder de nossa Bancada, estamos aqui na tarde de hoje para, em nome da Liderança do Governo, tecermos considerações em torno de pronunciamentos maliciosos que se fizeram no Pequeno Expediente, no que tange à presença de S. Exa. o Sr. Governador Haroldo Leon Peres no programa "Flávio Cavalcanti", ocorrido na noite de ontem, no Rio de Janeiro. Sr. Presidente, não queremos neste instante prevalecermo-nos de episódio passado porque, realmente, lamentamos tais ocorrências; eis que apartávamos, há dias passados, o eminente e ilustre Deputado João Mansur nesta Tribuna, confesso que não havíamos observado a ausência do Parlamentar, atendido neste Plenário; quando isto tivesse ocorrido, aguardaríamos uma outra oportunidade. Mas, não somos homens que fugimos do diálogo, da luta, do debate. O que se quer nesta Casa, Sr. Presidente, Srs. Deputados e o que sempre aqui demos, é que realmente este Poder, esta Casa, seus representantes, passem a valer um pouco mais, na opinião pública; eis que, se levarmos os debates as críticas maliciosas nos níveis em que têm sido colocados, toda a Casa é prejudicada.

Assim é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós aqui estamos para mais uma vez lamentarmos profundamente a atitude infeliz e episódios como o de hoje.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vejam a malícia do pronunciamento do eminente Deputado, quando disse aqui, há poucos instantes, que S. Exa. o Governador do Estado do Paraná havia ocupado exatamente o lugar de um famoso costureiro Clodovil, cuja deficiência física, vamos dizer assim, todo o Brasil conhece. É uma comparação maliciosa que entristece sobremaneira a nós todos, pela maldade, pela falta de ética, como nos vimos há poucos dias taxados. Não estou aqui para me defender, eis que ouvi em silêncio a defesa daquele eminente Parlamentar e me calei, porque reconheci que no dia anterior S. Exa. não estava de fato no Plenário.

Mas, eu relembrei a esta Casa que, um ou dois dias antes daquele episódio, quando eu estava na Tribuna, eu fui por três vezes interrompido, por questões de ordem, levantadas pelo mesmo Parlamentar, quando nunca, Sr. Presidente, eu me furtei em conceder apartes a quem quer que seja e, diga-se de passagem, questões de ordem infundadas, que a própria mesa não pôde decidir-las, porque não havia questões de ordem; eram apenas um apoio que procurava aquele Parlamentar no Regime Interno, para cassar a nossa palavra. Eu gostaria de deixar aqui registrado o nosso repúdio, a nossa tristeza e fazer um apelo ao eminente Deputado, que imite os seus nobres colegas, que têm vindo à esta Tribuna divergir, como é de direito, do ponto de vista da Bancada da Maioria, criticando, como é normal, como é natural, o Governo do Estado do Paraná, sem que se desse tanto a achincalhos pessoais.

Portanto, eram as palavras que queríamos registrar na tarde de hoje, fazendo um apelo a todos os senhores Parlamentares, e principalmente a este a que nos referimos, para que, em nome do Poder que representamos, elevemos mais os debates dentro desta Casa porque eu acho, como todos entendem, que é uma honra muito grande para o Paraná, é uma honra muito grande para qualquer homem público, participar de um programa tão elevado e com tamanha audiência como é o Programa Flávio Cavalcanti. Através daquele programa todo o Brasil viu o Governador do Estado do Paraná, que naquela oportunidade dirigiu, por anuência do próprio Diretor do programa, uma saudação de otimismo a todos os paranaenses, radicado dentro e fora de nosso Estado.

Assim é que registramos aqui nossos votos de aplausos ao eminente Diretor daquele programa, Flávio Cavalcanti, por esta iniciativa tão feliz, em convidar o primeiro mandatário de nosso Estado para participar daquele programa.

Fiquem, portanto, registrados nossos agradecimentos, nossas congratulações ao Diretor daquele programa e nosso apoio total a S. Exa. o Governador do Estado, que tem realmente feito um Governo de austeridade.

Quero cumprimentar também, este componente da ARENA que, embora em sua conduta de total independência, ressalta a posição do Governador do Estado, defendendo-o destes ataques, assim como o eminente Deputado Arthur de Souza que, no Pequeno Expediente, teceu elogios à pessoa do Governador, registrando sua estranheza por ataques partidos da maneira como partiram. Doravante que se façam os ataques, que se façam as críticas, mas que para isto não se usem estas medidas mesquinhas, falando no Pequeno Expediente ou levantando questões de ordem quando está na Tribuna um Deputado.

O Sr. Brondy Silvério — V. Exa. permite um aparte (Assentimento). ... Agradeço a V. Exa., mas não podia deixar passar a oportunidade para tece reconsiderações a respeito do que dissemos na Tribuna. Continuamos verbalizando o procedimento do Sr. Governador do Estado em determinados atos que S. Exa. praticado no exercício do Governo do Estado do Paraná. Por exemplo, agora vemos a Secretaria da Fazenda lançar uma campanha contra a sonegação do ICM, dizendo que o mesmo é a alavanca que impulsiona o progresso do Estado. Que ninguém deve sonegar, que todos devem pagar para que o Paraná continue crescendo, e o Governo com recursos para promover o desenvolvimento do Estado. No mesmo instante em que louvamos a iniciativa do Governo do Estado, estranhamos que esta matéria tenha sido distribuída sem concorrência pública; apenas duas emissoras de TV, esquecendo mais duas que também pagam imposto, que são dirigidas por gente do Estado e também proporcionam trabalho para o desenvolvimento do Paraná. Da mesma forma dois órgãos da imprensa, "Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná" não foram aquinhoados com aquela publicidade, que é paga regularmente pelo Governo. É uma discriminação que deixa mal o Governo perante a opinião pública, não só do Paraná, como de todo o País.

Mas, desses erros partir para os achincalhes, para a diminuição da autoridade do Governador do Paraná, a distância vai muito grande; mormente agora, que se realiza uma Exposição da França, patrocinada pelo Governo Francês, mostrando ao povo brasileiro tudo aquilo da indústria francesa, mostrando, afinal, o que é a vida francesa. E sabemos que existem grupos de capitalistas e industriais franceses que pretendem instalar indústrias em nosso País. E um dos Estados visados para instalação dessas indústrias é exatamente o Paraná, pela abundância de energia elétrica que possui no momento, pelas estradas e pelas obras de infra-estrutura que realizou o Governador anterior e que este, felizmente, está prosseguindo.

Ora, que nós, Deputados paranaenses, ganhando do povo do Paraná, unicamente pelo desejo de fazer oposição, subamos à Tribuna da Assembléia Legislativa, Tribuna que nos foi outorgada por mandato do povo do Paraná, para engrossarmos as vozes daqueles que diminuem o prestígio de nosso Estado, é um reflexo muito negativo, não só fora das fronteiras do Paraná, dentro do Brasil, mas também fora do Brasil. Se nós, aqui, aplaudirmos um jornalista, jornalista que se chama Vilas Boas que diz, num artigo, que Haroldo Leon Peres é o pior Governador, nós estaremos prestando um desserviço ao Paraná. Esta Assembléia deveria, uníssona, votar uma proposição de repúdio àquele jornalista, e mostrar que o Paraná está unido em torno de seu Governo. Os erros que ele cometer, iremos acusar, aqui, dentro desta Casa, dentro do Paraná. Mas, jamais iremos engrossar as vozes daqueles que, por interesses escusos, por interesses regionalistas, procuram deturpar a boa imagem do Paraná lá fora.

Quero repetir que não estou querendo agradar o Governador do Paraná, porque todos conhecem as profundas divergências que existem entre este Deputado, representante de parcela do povo e o Sr. Haroldo Leon Peres, Governador do Paraná. Mas, eu jamais me prestaria ao desserviço ao Estado e à própria Revolução, porque não podemos esquecer a origem de sua indicação,

indicação de um homem que tem dado paz à Nação; um homem que cresse que a política estava saneada e que não havia necessidade de cassação; um homem que tem trazido à família brasileira tranquilidade para o trabalho; um homem que é admirado por todos, o Presidente Médici. E se nós concordarmos com esses acunhames ao Governo do Paraná, na pessoa do Sr. Haroldo Leon Peres, estaremos fazendo uma crítica velada a esse grande Presidente que o indicou pessoalmente para exercer as funções de Governador.

Vamos, daqui de nossa Tribuna, continuar verbendo, continuar protestando contra aquilo que achamos errado na Administração, mas vamos levantar nossa voz de protesto cada vez que, lá fora, pretendam diminuir a autoridade, a figura do Governador do Paraná, infelizmente, com o apoio de maus paranaenses porque o que está em jogo é o desenvolvimento, é o progresso do Paraná, e não alguma pessoa do Sr. Haroldo Leon Peres.

O SR. PAULO ROLI — Agradeço o aparte do nobre Deputado Erondy Silvério. V. Exa., nobre Deputado, sempre que faz referência, toma o cuidado de registrar a sua posição de independência, coerente com o caráter, com a formação de que V. Exa. é possuidor.

Mas nobre Deputado, no início de seu aparte, V. Exa. dissera que alguns anúncios, algumas matérias divulgadas, oriundas do Palácio Iguaçu, não haviam sido divulgadas também em alguns órgãos de nossa Capital, n' "O Estado", n' "A Tribuna", na Tv Canal 4. Eu quero dizer a V. Exa., nobre Deputado, que eu tenho relativo conhecimento de coisas que talvez nem pudesse dizer aqui desta Tribuna, mas adianto a V. Exa. que, quem sabe essa empresa teria recebido circulares ou mensagens ou propostas para fazer tal divulgação. Estou colocando no condicional e, naturalmente o desinteresse do seu Diretor, que tem suas pretensões e seus interesses políticos, que respeitamos, esta matéria, a exemplo de outras, não tenha sido divulgada.

Mas quero prometer a V. Exa., nobre Deputado Erondy Silvério, que terei, muito em breve, contato com S. Exa. o Sr. Governador do Estado, e procurarei me inteirar dessa preocupação que registrou V. Exa., porque não seria a pessoa do Diretor daquele órgão que poderia continuar como óbice a esses entendimentos, porque realmente o Canal 4 e o jornal "Estado do Paraná" são os mais ouvidos e lidos no Interior. Acharia de bom alvitre e interessante para o Governo, que todas as matérias de interesse do Governo fossem publicadas em todos os órgãos, especialmente nesse, de maior divulgação no Interior.

Não sei o que está ocorrendo, apenas apresentei a V. Exa. uma hipótese bastante fundamentada. As vezes, o Diretor daquele órgão, por razões óbvias, entende apenas não participar nessa matéria. Isso é a priori, a grosso modo, assim como a sugestão que com certo fundamento, estou dando a V. Exa.

Mas como V. Exa., que quer tão bem ao nosso Estado, como nós outros também queremos, como V. Exa., que se preocupa com o bem estar do Governo, do povo, paranaense, com a pacificação dos partidos políticos, é interessante que nos preocupemos com esses detalhes para que no Paraná, a ARENA marche sempre unida, seja um símbolo de pujança e união como ter sido até aqui. A sua observação é digna de nota e registro. Dentro de poucos dias relatarei a V. Exa., até onde me fôr possível, o que está ocorrendo nessa área, no que tange à publicidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda há pouco falava o Sr. Deputado Erondy Silvério sobre a vinda de grupos franceses, com suas indústrias, para nossa terra. Realmente, vejam os Srs. Deputados, é uma tese palpitante, porque hoje todo o mundo sabe que está para ser construída a maior usina hidrelétrica do mundo em nosso Estado, fronteira com o Paraguai. Guaira se prepara para receber a maior usina de todo o mundo. Isso é uma notícia alvicaireira, é uma notícia que empoiga a todo o Paraná, é uma notícia que nos enche de júbilo, de alegria, de satisfação e, aí então, mais uma vez procede nossa preocupação a minha e a de V. Exa.

Não alinhamos ódio ou rancor contra quem quer que seja. Outro dia ouvimos desta Tribuna a um eminente Deputado, que dizia que mantinhamos ódio a S. Exa., mas não é verdade. Nós não levamos nada para casa, e para que se tenha ódio a uma pessoa ou amor a uma pessoa, é necessário que aquela pessoa seja muito importante, que se destaque, como seu bem amado ou como elemento que interira nas pretensões. Não vi aqui ninguém que se destacasse, de um lado como de outro. Penzmente, na primeira hipótese, tenho sentido que pessoas se destacam sobremaneira; tenho verdadeiro amor a maioria de meus colegas desta Casa, com os quais tenha a satisfação, a honra e a alegria de privar diariamente. Jamais tive ódio de quem quer que seja. Não vi nada de tão significativo que pudesse despertar meu ódio. Quem sabe tenha tido pena e desprezo, às vezes, como disse outro dia, pelo desconhecimento de certas matérias e da ética parlamentar, como ocorreu nesta Casa quando discursávamos, na poucas dias ocasião em que, por três vezes, levantou-se questão de ordem. Nem isso despertou o nosso ódio. Despertou nossa pena e nossa compieciencia.

Fomos aconselhados a nos matricularmos no MOBRAL. Já fiz minha matrícula. Mas, existe pessoa que, pela sua conduta e pela maneira como vem se conduzindo, que também precisa ser meu colega no MOBRAL.

Não tenho ódio, deputado Erondy Silverio, pelo contrário. Estou disposto a abraçar todos os meus colegas. Quantas vezes, Deputado Erondy Silverio, avenios nós debates acirradíssimos, quando nesta Casa se procurava invadir seus direitos, aquilo que tinha de mais sagrado. Quando defendia a mudança da Capital, divergimos e, no calor dos debates, senti que estava cometendo erros não aceitando sua interferencia, tendo sido até grosseiro. Mas tive a dignidade, hombridade, e a humildade de vir a esta Tribuna e dar a mão a palmatória.

É necessário, Deputado Erondy Silverio, que tenhamos a dose de humildade suficiente para que isto venha reverter em benefício de nosso Estado, do povo e da gente que representamos. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141-71, de autoria do Dep. Quiéise Crisóstomo da Silva, autoriza o P.E. conceder pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cincoenta cruzeiros), à Snra. Francisca Franco de Souza, residente em Bocaiuva do Sul. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Em Regime de Urgência. — Aprovado artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 79-71, de autoria do Dep. Marciano Baraniuk, declara de utilidade pública a Associação das Damas Rotárias de Umuarama. Parecer da C.C.J. favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 79-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Damas Rotárias de Umuarama, sediada na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1971.

a) Dep. MARCIANO BARANIUK

JUSTIFICAÇÃO:

Trata-se de entidade que, pelos muitos e significativos serviços prestados à coletividade de Umuarama, merece ser declarada de utilidade pública também no âmbito estadual, já que, pelas mesmas razões, o foi no municipal, através da Lei n.º 22, de maio de 1968. A referida Associação preenche todos os requisitos exigidos pela legislação que rege a matéria, daí esperarmos que a Casa dê guarida a este projeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 79-71

AUTOR: Deputado Marciano Baraniuk

SÚMULA: Declara de utilidade Pública a Associação das Damas Rotárias de Umuarama.

PARECER

Não há qualquer vulneração constitucional ou legal, com o pretendido pelo projeto, que se acha devidamente justificado.

Pela sua aprovação. É o Parecer S.M.J.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1971.

aa) Emílio Carazzai — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Cândido Martins de Oliveira

Gilberto Carvalho

Sebastião R. Júnior

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 104-71, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Fundação Patobranquense do Bem Estar do Menor "FUNDABEM", com sede na cidade de Pato Branco. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 104-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a Fundação Patobranquense do Bem Estar Social do Menor "FUNDABEM", com sede na cidade de Pato Branco.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1971.

a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Patobranquense do Bem-Estar do Menor "FUNDABEM" é a única Instituição no Sudoeste Paranaense que vem há algum tempo dando total assistência ao menor desamparado, com isso evitando o deslocamento de centenas de crianças para a Capital, o que viria a causar um sobrecarregamento à Secretaria do Trabalho e Assistência Social.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 104-71

AUTOR: Dep. Ivo Thomazoni

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade Pública a Fundação Patobranquense do Bem Estar do Menor "FUNDABEM", com sede na cidade de Pato Branco.

- I — É medida autorizativa.
- II — O projeto está devidamente instruído e plenamente justificado.
- III — Não contraria dispositivos legais ou constitucionais.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1.971.

aa) Muggiati Filho — Presidente em exercício

Emílio Carazzai — Relator

Cândido Manoel Martins de Oliveira

Gilberto Carvalho

Armando Queiroz

Sebastião Rodrigues Júnior

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Diretor do Departamento de Limpeza Pública, da Prefeitura Municipal de Curitiba, que desempenha o cargo referido há 28 anos. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ana Salevis Fiaila. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Brasília Mendes Faria. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao Dr. Domício Pereira da Costa, tendo em vista os relevantes serviços prestados como profissional e como professor. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado Expediente ao Sr. Diretor do Departamento Estadual de Trânsito, no sentido de que, juntamente com o Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba, se proceda o estudo do tráfego das ruas Marechal Floriano Peixoto e Desembargador Westfalen. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Comandante da 3.ª Infantaria Divisionária, sediada em Ponta Grossa. — Aprovada.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para a Proposição n.º 73-71. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Rede Ferroviária Federal, pela magnífica ação que vem desenvolvendo em benefício da economia paranaense. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja constituída uma Comissão Especial destinada a estudar e solucionar o problema administrativo criado com o funcionalismo deste Legislativo. — Aprovado. Designados para comporem a Comissão os Srs. Deputados Membros da Comissão Executiva juntamente com o Deputado Armando Queiroz e Muggiati Filho, indicados respectivamente, pelas lideranças da ARENA e MDB.

Requerimento do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Carlos Alberto Braga. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja levado ao conhecimento do Sr. Secretário da Agricultura a incidência da infecção de insetos destruidores na lavoura de trigo na região Centro Oeste do Estado. — Em discussão.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, pego a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, na sexta-feira passada nós tomamos a liberdade de pedir para discutir o requerimento do Líder da Bancada da oposição nesta Casa, que requeria, após ouvido o Plenário, que seja constituída uma Comissão Especial destinada a estudar e a solucionar os problemas relacionados criados por funcionários desta Casa. A nossa intuição foi para que pudséssemos conversar com os dois Líderes das Bancadas. Sabemos que nesta Casa, tanto na Bancada da oposição como na do Governo, Deputado que têm condições de discutir este problema, bacharéis com grande conhecimento. Sugeríamos aos dois Líderes das Bancadas, que incluíssem, se assim fôsse possível — dentro do MDB, o Deputado Muggiatti Filho e na ARENA o Sr. Deputado Armando Queiroz, e levamos ao conhecimento dos Srs. Deputados. Gostaríamos que este problema viesse a ser discutido e debatido em Plenário desta Casa, porque se tratando de um problema do funcionalismo desta Casa, que tanto se comenta pelos corredores e, principalmente nesta semana que nós viajamos para o interior do Estado, para darmos um paradeiro e uma tranquilidade à família dos funcionários desta Casa. Gostaríamos assim, de votar favoravelmente, mas deixar consignado o nosso pensamento, o nosso desejo de que se tranquilize definitivamente e, de uma vez por todas, o funcionalismo desta Casa, para que volte a reinar a tranquilidade, para que voltem com tranquilidade ao seu trabalho, às suas famílias, para não termos aquilo que tivemos há 15 dias atrás.

Assim, posso dizer que fui um Deputado que procurou não só levar o problema ao Presidente desta Casa, a quem compete esta responsabilidade, mas que façam o favor, olhem com carinho o problema, porque aqui há muitos pais de famílias que, inclusive, não podem mais tolerar esta situação.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, quero congratular-me com V. Exa. quando dá apoio ao este requerimento, pela sugestão que V. Exa. acaba de fazer.

Realmente, era pretensão desta Liderança indicar o nobre Deputado Armando Queiroz para que, em nome da Bancada da ARENA, acompanhasse a Comissão Executiva a Brasília para tratar deste assunto, que como bem disse V. Exa., vem trazendo pânico em todos os funcionários desta Casa, não só aos funcionários, como até mesmo aos Deputados.

De modo que agradeço a sugestão de V. Exa. e sem menosprezo a qualquer um dos companheiros, esta decisão, foi porque o nobre Deputado Armando Queiroz, além de ser um bacharel dos mais íntimos, ele foi Presidente desta Casa de Leis, e tenho conhecimento de muitos atos aqui praticados, razão pela qual, nobre Deputado, esta Liderança irá indicar o Deputado Armando Queiroz para representar esta Casa junto à Comissão Executiva que irá a Brasília amanhã, segundo informações que acabei de receber para juntos às autoridades, junto ao Supremo Federal, junto ao Senado Federal, prevaleça aquilo que se possa fazer em favor dos funcionários desta Casa. Porque como muito bem disse V. Exa., muitos funcionários estão esperando dias mais felizes e mais tranquilos, aguardando sua sorte, quando segundo dizem, 60 a 80 funcionários estão na iminência de serem demitidos.

Quero congratular-me com V. Exa., nobre Deputado, por ter dado apoio ao este requerimento. Era o aparte.

O SR. FUAD NACLI — Agradeço ao nobre Deputado, pela maneira como aceitou a sugestão da nossa Bancada. E logo que o Líder da Bancada da ARENA, for indicado, tomaremos a liberdade de nos decidir, porque inclusive na sexta-feira, quando pedimos para discutir, houve aqui quem dissesse que nós queríamos participar, com a intuição de querer defender alguém. Hoje ainda fui procurado por diversos Srs. Deputados, principalmente por funcionários, que nos indagando sobre o problema informamos sobre uma audiência marcada com o Sr. Ministro da Justiça, cujo telex temos em mão, confirmando este encontro para os próximos dias. Mas, por ora, não podemos abrir mão desta entrevista, porque houve uma reunião de Liderança desta Casa, pedindo que ficássemos calados, para não tumultuar ainda mais o problema, evitando, portanto criar ambiente de intranquilidade que tanta preocupação tem trazido ao nosso funcionalismo.

Quero adiantar aos Senhores que jamais tomarei qualquer medida sem levar ao conhecimento dos meus nobres Pares, inclusive, com relação à audiência com o Sr. Ministro da Justiça, comuniquei esta decisão ao Líder do Governo e ao Líder da ARENA, cujo encontro pedi que fosse adiado. Creio que este seja também o desejo do Líder do Governo e da nossa Bancada. Quero também deixar consignado que esta matéria depois de estudada pelos Srs. Deputados, não desmereceu por parte de nenhum deles, a atenção necessária, principalmente por se tratar de um assunto que diz respeito ao povo que representamos nesta Casa. Pedi então, naquela reunião, cuja sugestão foi apresentada pelo nobre Deputado Paulo Poli, para que a responsabilidade arcasse sobre todos os Deputados que aqui estão, a fim de que o Presidente não venha a ter receio de que também nós venhamos a desmerecer esta responsabilidade.

O SR. NIVALDO KRÜGER — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. ao abordar o assunto contido no requerimento de nossa autoria faz de maneira cavalheiresca, expressando a preocupação que é de toda esta Casa, de que é de todos os Srs. Deputados, no sentido de, e também façamos justiça, da Comissão Executiva, no sentido de encontrarmos a solução ideal para o problema que trata da matéria relacionada com os funcionários desta Casa. Então a idéia da participação de elementos das nossas Bancadas, acompanhando a Comissão Executiva, tem por objetivo demonstrar aos funcionários desta Casa e a todo o Paraná, porque o assunto já transborda do meio Legislativo para o âmbito público, que o assunto está sendo tratado com toda isenção, com todo o equilíbrio, em busca da solução ideal. Estou de acordo com V. Exa., com as suas palavras, e agradeço a atenção com que a ARENA está tratando o assunto nesta Casa.

O SR. FUAD NACLI — Agradeço o aparte e sabia que V. Exa. jamais faltaria tanto à região que V. Exa. representa, em qualquer momento, principalmente a todos os funcionários esta Casa, e que a Bancada de V. Exa., tanto nesta Legislatura como nas passadas sempre defendeu os interesses daqueles que trabalham e defendem o pão de cada dia. É por isso que estou satisfeito, sabendo que também a Liderança levou para esta Comissão homens que, não, desfazendo nem desmerecendo os demais Deputados desta Casa, porque todos têm seu valor, mas reconheci, um foi Presidente desta Casa, conhecedor profundo do assunto, e outro estudioso profundo e homem que vem sendo apontado como profundo conhecedor das leis. Estamos satisfeitos e podemos dizer aos funcionários da Casa que podemos ficar tranquilos porque a justiça será feita não só por esta Casa como pelo Executivo, sem nenhum interesse de criar problemas a seus familiares. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A matéria foi exaustivamente debatida em reunião com o Sr. Presidente da Casa entre as duas Lideranças. Todavia, achamos que está havendo por

parte do Sr. Presidente desta Casa e me perdõe S. Exa. a ausência, um pouquinho de precipitação na apreciação da matéria. A nosso ver, a Lei 6.619 já atendeu e veio ao encontro do acórdão do Supremo Tribunal Federal, com relação à matéria. Todos sabem que na representação do Procurador Geral o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional parte da Resolução n.º 16-67, mas acontece que desta declaração de inconstitucionalidade de uma Resolução, para partir para uma reformulação completa do quadro da Assembleia Legislativa, prejudicando quase que três centenas de famílias que ali lutam há tantos e tantos anos, a diferença é enorme. Nós não vemos, absolutamente e não vemos motivos e não vejo razão ao Presidente desta Casa, em querer, de pronto, cumprir uma decisão do Supremo Tribunal Federal que ainda não foi apreciada pelo Senado da República, a quem cabe a última palavra sobre a constitucionalidade de leis votadas em todo o território brasileiro. Portanto, ainda esta Comissão será perfeita, porque, além da Comissão Executiva, irão acompanhar os trabalhos dois bacharéis ilustres em Direito que conhecem profundamente a matéria e, na qualidade de ex-Presidente e que sabe muito bem o que há por traz de tudo isso; e outro, embora Deputado estreante nesta Casa, que pela primeira vez aqui representa o povo, neste Poder Legislativo, mas, é homem menteculoso que estuda profundamente as matérias que lhe são entregues no campo jurídico, que é o deputado José Muggiati Filho.

Tenho absoluta certeza que os senhores funcionários serão resguardados. Resguardados pelo espírito patriótico e por que não dizer, e inteira justiça, dêsses dois homens que vão representar esta Casa, numa Comissão que irá a Brasília tratar do assunto.

Embora estejamos inteiramente de acordo com o Primeiro Secretário da Casa, a quem mais umavez nós queremos deixar consignado a nossa admiração e o nosso louvor, porque o Sr. Secretário entende que a Lei 6.119, que deu provimento através de um Decreto Legislativo oriundo da própria Lei, a todo esse quadro de funcionários deste Legislativo, atendeu perfeitamente ao venerando acórdão do Supremo Tribunal Federal.

Só a má vontade, os interesses outros é que podem não entender dessa forma. Mas nós estaremos aqui vigilantes a fim de que não se cometa nenhuma injustiça contra os servidores desta Casa, deste Poder; não se tire o cargo de alguém para dar a outro alguém. Estaremos fiéis no desempenho do mandato que o povo nos conferiu; mandato esse para atuarmos em todos os setores da vida pública paranaense. E esse caso é de suma importância, porque geraria um drama social, se cumprida a disposição do Presidente desta Casa, de tornar uma decisão a nosso ver precipitada sem nenhuma base jurídica. Apenas calcado em pareceres que nos sabemos muitas vezes como são esses pareceres; as formas que eles se originaram e como são exarados.

O assunto é de suma importância muito grande, para quase todo o quadro de funcionários deste Poder Legislativo. E atentos estão os dois Deputados Líderes da ARENA e do MDB nesta Casa, na defesa da Justiça, somente da Justiça. Portanto, confiamos perfeitamente nos eminentes deputados João Mansur, Nivaldo Krüger, Muggiati Filho e Armando Queiroz e no Sr. Primeiro Secretário desta Casa, que demonstrou em todos os momentos um bom senso acima do comum, que o engrandece no desempenho das elevadas funções do Primeiro Secretário, a quem está afeto o quadro desta Casa. Nenhuma decisão poderá ser tomada à revelia de S. Exa. porque a ele compete disciplinar o andamento da administração do Poder Legislativo e do funcionamento do seu quadro de funcionários. Portanto, desde que se faça à revelia do Sr. Primeiro Secretário, não cheira a boa causa. (Rem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Armando Queiroz.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A liderança da Arena, está honrando-me sumamente, quando me indica para, em nome da Banca, acompanhar a Comissão Executiva desta Casa até Brasília para, em conjunto, procurar uma definição jurídica perfeita para o problema que vem angustiado os funcionários desta Casa, não só os funcionários como também os srs. Deputados.

Quero, antes de viajar, fazer uma pequena explanação sobre o que penso do assunto, porque entendia que era necessário assim agir para que não ficasse dúvida sobre a maneira como irei me comportar junto a esta Delegação.

Na reunião que tivemos, da Bancada com a Comissão Executiva, o sr. Presidente foi muito claro, foi muito incisivo quando nos afirmou que já tinha ponto de vista definido sobre o assunto, que estava convencido de que não tinha mais que estudar, portanto iria passar para a ação o que, trocado em miúdos, seria pôr em execução o que o Supremo Tribunal havia considerado inconstitucional.

Mas, queria dizer ao Deputado que também tenho ponto de vista definido sobre o assunto. Estou convicto, totalmente convicto da tese que irei defender, porque o próprio bom senso, a própria leitura do texto legal nos dá muito convencimento. Nestes dias de feriado procurei estudar melhor a matéria, procurei algumas fontes que tivessem repercussão jurídica nacional e tive a felicidade de ler um livro do atual Ministro da Justiça, professor Alfredo Buzzaid, com que — parece-me — também iremos dialogar. No livro de S. Exa. não nos fica a menor dúvida sobre a necessidade de audiência do Senado, para depois se praticar qualquer ato. O livro de S. Exa. é intitulado "Ação direta" e é tácito, é explícito, não deixa a menor dúvida. É uma formalidade necessária.

Então, se já estava convicto, ainda me alicercei melhor e fui procurar Pontos de Miranda, de quem todos os senhores já ouviram falar principalmente os homens que entendem de Direito Constitucional. Ele também adota a mesma tese, o mesmo ponto de vista.

Então, srs. Deputados, vou com este ponto de vista, baseado naquilo que entendia ser de bom senso no pouco que entendia, mas vou agora melhor estribado e vou levar o próprio livro do Ministro da Justiça.

Entendo que não basta tão somente uma audiência com o Ministro Gallotti, porque, na análise deste problema, S. Exa. é voto vencido, ele entendia, inclusive, que a matéria não era inconstitucional. O Ministro que pediu vista foi Tompson Flores e depois do voto deste é que se tornou outro rumo e seria conveniente ouvir a opinião do Ministro Tompson Flores que disse que a matéria não era inconstitucional.

Mas que não se poderia resolver através de uma Resolução e, sim, através de lei. E essa lei veio posteriormente.

Então, para que se tenha noção exata, para que se possa fazer um trabalho bem feito, equidistante de paixões, equidistante de quaisquer "partes", é absolutamente necessário que a audiência se faça — já que se tem que ir ao Supremo Tribunal — que se faça também com mais alguns Ministros que se vá também ao Senado ouvir a opinião daquela vetusta Casa que sempre honrou nosso País. Porque, segundo a opinião de Alfredo Buzzaid, o Senado não é um cartório de registro de inconstitucionalidades, o Senado tem o poder de analisar a matéria em todos os seus aspectos. Daí a dizer que o Senado não era cartório de simples registro de inconstitucionalidade como se bastasse chegar-se ali registrar e pronto.

Daí porque eu fazer um apêlo ao sr. 1.º Secretário da Comissão Executiva que nos dê condições de diálogo completo, diálogo intenso, com todos os aquêles órgãos que, realmente, têm sua ação neste episódio.

E não tenho dúvidas de dizer: vou com meu ponto de vista formado, definido, e será muito difícil que volte com opinião contrária.

Era o que desejava dizer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a discussão, em votação. —
Aprovado.

Requerimento de autoria dos srs. Deputados Maurício Fruet, Acyr José e Borsari Neto. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Nivaldo Krüger. Em discussão. Em votação.

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, srs. Deputados.

Antes de abordar este assunto, quero dizer que deveria estar coupano a Tribuna, neste instante, ou logo após a discussão dos requerimentos, na hora destinada à explicações pessoal, um deputado de nossa Bancada, Antônio Belinati.

Entretanto, S. Exa., a quem agradeço atendendo apêlo feito por mim não veio e não virá, à Tribuna. Apelei a S. Exa. que deixasse de fazê-lo, pois tinha intenção de dar algumas explicações a respeito de pronunciamentos interpretados de forma não condizem com a sua intenção.

Quero agradecer ao Deputado Antônio Belinati pela maneira como se comportou, e desejo fazer um apêlo ao Deputado Paulo Poli que, infelizmente não se encontra presente, e ao Líder da Bancada do Governo, e a todos os Srs. Deputados, no sentido de que esse episódio fique encerrado. É muito natural, entre os homens que convivem no mesmo meio, diferenças de opiniões, é muito natural os conflitos oriundos de comportamentos diversos, embora, muitas vezes, as opiniões e os objetivos sejam os mesmos, mas a forma de dizer faz com que atritos se efetuem.

Conheço os propósitos do Deputado Belinati, homem apaixonado pelos problemas do seu povo, viveu e vive aqueles problemas. Sua intenção é trazê-los para esta Casa, fazer com o Governo e as autoridades deles tomem conhecimento, aquela paixão que tem de servir o seu povo, de interpretar seus anseios. Isso talvez às vezes pode ser interpretado de uma forma errônea. Conheço também o Deputado Pauli Poli, que tem demonstrado virtude e tem também discutido e defendido seu ponto de vista com ardor e me coloco neste momento na posição daquele que deseja que esse episódio se encerre totalmente, tendo em vista, a tranquilidade do bom convívio entre os Deputados nesta Casa.

Creio que não há, tanto da parte do deputado Antônio Belinati, como do deputado Paulo Poli, desejo de ferir pessoalmente este ou aquele. Creio também, srs. Deputados, que com medidas da ordem da que tomou o deputado Belinati, abdicando de vir a Tribuna, atendendo apêlo que lhe fiz como amigo e companheiro de Bancada, nós evoluímos muito aqui nesta Casa.

Agradeço ao Deputado Belinati a posição assumida por S. Exa., tendo em vista, unicamente, o entendimento entre todos os integrantes desta Casa.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — No encaminhamento de votação não são permitidos apartes.

O Sr. João Mansur — Mas S. Exa., estava encaminhando a votação de algum projeto ou requerimento?

O SR. PRESIDENTE — Sim, estava encaminhando a votação de um requerimento.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Creio que a culpa foi minha, sr. Presidente, porque pedi para encaminhar a votação de um requerimento e abordei outro assunto. Mas me pareceu importante e necessário que esse assunto fosse abordado aqui nesta Casa, numa demonstração de que a Bancada do MDB, com a atitude altaneira do Deputado Belinati, visa participação objetiva e construtiva nesta Casa. Não sei se seria o caso de

abrir uma exceção, mas gostaria de ouvir, em outra oportunidade, o aparte do Deputado João Mansur, Líder da ARENA. E agora faço um apêlo ao Deputado João Mansur que, na hora de Explicação Pessoal fizesse sua manifestação, porque S. Exa., como homem equilibrado, de bom senso, tenho certeza estará de acôrdo com esse nosso ponto de vista.

O requerimento que encaminho à Mesa para ser enviado ao Secretário de Agricultura, é dos mais urgentes, porque a infestação de insetos destrutivos do trigo na minha região, talvez em todo o Oeste e em todo o Estado do Paraná ameaça aquela lavoura de destruição completa. O seu combate só é possível através de aparelhos aéreos. O acesso às fazendas se faz através de pistas de pouso colocadas em pontos estratégicos da região. Essas pistas construídas há alguns anos pelos próprios agricultores, hoje estão sem condições de pouso e não oferecem condições de segurança para o pouso e se uma medida urgentíssima não for tomada — e essa medida, no meu entender, cabe ao Governo tomar, através do seu distrito rodoviário, que dispõe de motoniveladoras — as lavouras serão destruídas e haverá um grande prejuízo não só para os agricultores como também para a economia do Paraná.

É um apêlo que faço à Mesa, para encaminhar ao Secretário de Agricultura com a máxima urgência aquêlê requerimento no sentido de que determinações sejam dadas aos distritos rodoviários para que se coloquem à disposição das cooperativas e dos empresários, que sabem onde ficam as pistas de pouso daquela região. Para que tenham uma idéia — a infestação de larvatas na lavoura do trigo é tão violenta que centenas e milhares de hectares são destruídos de um dia para o outro.

Sómente a defesa aérea é capaz de acabar com a infestação. Sem os campos de pouso localizados nestes pontos, os aviões não têm condições de, com carga suficiente para milhares de hectares, dar combate a esta praga.

No município de Guarapuava temos 40 mil hectares plantados com trigo. É uma área imensa, uma área quase igual a certos Municípios de nosso Estado.

Tendo em vista a urgência, apêlo aos srs. Deputados, ao Líder do Governo, para que entrem em contacto com o sr. Secretário da Agricultura e mesmo com o sr. Governador para que determinem aos Distritos Rodoviários o atendimento dessa pistas a fim de que elas ofereçam condições de pouso para que os aviões possam fazer a defesa daquelas lavouras. — (Sem revisão do Orador)

O SR. JOÃO MANSUR — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, srs. Deputados.

Espero que a Mesa tenha, para com o orador que ocupa esta Tribuna, a mesma liberalidade que teve com relação ao Deputado Nivaldo Krüger, o qual se desviou completamente do assunto que o trouxe a esta Tribuna.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que são dez minutos.

O SR. JOÃO MANSUR — Desviando-me, um pouco, da discussão do requerimento, quero dizer ao deputado Nivaldo Krüger que a atitude que acabou de tomar nesta Casa é das mais elogiáveis e vem de encontro com aquilo que vimos batalhando há tempos, qual seja o entendimento e o entrosamento dos srs. Deputados quando está em jogo o interesse maior, que é o interesse de nosso Estado.

Falando em nome do Deputado Paulo Poli, que está ausente da Casa, tenho a dizer que da parte de S. Exa. o assunto está encerrado com o Deputado Antonio Belinati.

Realmente, no calor das discussões, ambos os Deputados defendendo seus pontos de vista, se desentederam. Em nome do deputado Paulo Po,

li venho tranquilizar e parabenizar-me com o deputado Nivaldo Krüger que fez o apêlo e com o Deputado Antônio Belinati que compreendeu perfeitamente a nossa posição nesta Casa e damos, neste instante, para felicidade da Assembléa Legislativa do Paraná, por encerrado este capítulo. Acreditamos que estes dois Deputados, Antonio Belinati e Paulo Poli, poderão, amanhã, na defesa de seus pontos de vista, ajudar o engrandecimento e o desenvolvimento de nosso Estado.

Com relação ao encaminhamento da votação deste requerimento de autoria do deputado Nivaldo Krüger, seria desnecessário que aqui viesse para dizer que tem o apoio de nossa Bancada.

Trata-se de um assunto muito importante e que diz, de perto, ao interesse não só de nosso Estado como de nosso País. Sabemos que é através da importação de trigo que muitas somas de divisas têm sido evadidas de nosso País. Somente com medidas como esta, levando incentivo à nossa agricultura, é que estaremos evitando que o Brasil faça a importação deste importante cereal que é o trigo e não pode, em hipótese alguma, faltar em hora nenhuma na casa de toda a população do nosso País, quer seja do pobre, quer seja do rico. Nós temos certeza de que o autor do requerimento há de atingir o seu objetivo, porque conhecemos de perto o Sr. Secretário da Agricultura do Paraná, dr. Carlos Ozório que, acima de Secretário é um agricultor no nosso Estado, que tem vivência dos nossos problemas e ele há de, atendendo à sugestão do requerimento, entrar em contacto com o Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de que os distritos rodoviários espalhados pelo nosso Estado deem esse atendimento aos campos de pouso, a fim de que a cultura do nosso Estado possa receber esse estímulo e esse apoio indispensável a fim de que o Brasil se liberte o mais breve possível das importações deste cereal. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente da sessão anterior, solicitando seja encaminhado solicitação ao Sr. Secretário da Fazenda, no sentido de ser solucionado o problema que afflige o pessoal funcional da 6a DRE do Departamento de Rendas Internas. — Em votação.

O SR. IVO TOMAZONI — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o requerimento do deputado Alvaro Dias em que solicita seja encaminhado ao Sr. Secretário da Fazenda expediente encarecendo que aquela autoridade solucione problemas que affligem o pessoal lotado na 6a Delegacia Regional da Fazenda, do Departamento de Rendas Internas, está vasado em termos que este Deputado considera inoportunos, porquanto ofensivos ao Governo do Estado.

O requerimento alude à situação de funcionários admitidos por contrato pela Secretaria da Fazenda, há três anos, sem que tenham ainda condição funcional definida; argumenta que nenhuma providência teria sido tomada pelas autoridades governamentais, demonstrando pouco caso pela situação afflitiva porque eles estão passando. Devo lembrar ao Sr. Deputado subscritor deste requerimento, que esta Assembléa Legislativa do Estado por três oportunidades na legislatura passada votava o meio que assegurava ao funcionário contratado da Secretaria da Fazenda, direito de estabilidade e consequentemente enquadramento no quadro próprio daquela Secretaria, desde que atendendo dispositivo constitucional na época, ou melhor, tendo completado cinco anos de serviço, o requeresse.

Os dois Projetos de Lei aprovados por esta Casa, tiveram Veto governamental. Na terceira investida a Assembléa Legislativa do Estado foi melhor sucedida, o Governo do Estado ao sancionar Projeto de Lei, originá-

rio desta Assembléa Legislativa, deu ao pesador, funcionário contratado da Secretaria de Fazenda, oportunidade para a sua estabilidade e consequente enquadramento. Infelizmente, o que o nobre Deputado Alvaro Dias pretende ou pretendem as autoridades responsáveis pelo setor fazendário do Governo, que façam colidir violentamente com a nossa carta magna.

Quero crer que é oportuno que o Governo do Estado promova concurso público para admissão de pessoal na Secretaria da Fazenda e promovendo, dará oportunidade a que o pessoal contratado inscreva-se para o concurso, e sejam nomeados ou melhor dizendo, legalmente nomeados, para a carreira de agentes fazendários. Não há porque aprovarmos o requerimento nos termos em que está vasado, se não vejamos:

As citadas pessoas após sua admissão em 1968, através teste de seleções, foram completamente esquecidas. E assim é, que há quase três anos, estão prestando serviços à Secretaria da Fazenda sem que ninguém se interessasse em solucionar os seus problemas. Pois contratos que são, não contribuem para a Previdência, não possuem férias, tão pouco recebem salário família e 13.º salário etc. Não é verdade que, alguém não tenha tido interesse em solucionar a situação funcional destes, considerados Pesadores da Secretaria da Fazenda. Há uma proibição constitucional com a qual se defronta o Governo do Estado, nós mesmos, nesta Casa, que é a Casa política; durante três investidas, conseguimos na terceira, dar uma condição de estabilidade a este pessoal, valendo-nos de um dispositivo constitucional ainda da nossa Carta de 1967.

Queremos crer, que se há uma forma legal, esta será a abertura do concurso público, para preenchimento das vagas existentes no quadro de pessoal da Secretaria da Fazenda, dando-se oportunidade então a que o pessoal contratado, habilitado em concursos públicos, sejam nomeados para, posteriormente, pedirem contagem de tempo de serviço em que desempenharem as suas funções na condição de contratados.

É esta a razão pela qual me permito votar contra o requerimento de autoria do nobre Deputado Alvaro Dias.

Louvando, todavia, a iniciativa do sr. Deputado, que pretende atender a situação afilitiva destes funcionários. E eu testemunho, não são tão somente os funcionários da 6.ª Delegacia de Rendas Regional da Fazenda, mas em outras Delegacias também, aqueles subordinados à Delegacia Regional da Fazenda, sediada em Pato Branco e que contavam, aquela época, época da edição da Lei, cinco anos em exercício da função, foram quase todos equadrados. E hoje efetivos, estão recebendo remuneração condizente com a função que desempenham.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o orador inscrito, sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a Tribuna para esclarecermos, sobretudo ao nobre Deputado Ivo Tomazoni, que considera ofensivos os termos utilizados neste requerimento que a Casa aprecia no presente momento. Nobre Deputado Ivo Tomazoni, como instrumento da Bancada do povo, tivemos a preocupação de usar do texto deste requerimento, as próprias palavras dos fiscais de rendas internas da 6.ª Delegacia do Departamento da Secretaria da Fazenda que nos escreveram longo memorial, descrevendo a sua situação afilitiva causando preocupação de ordem familiar. Gostaria de informar ao nobre Deputado Ivo Tomazoni e também à Casa e sabemos perfeitamente que somente através de concursos estes funcionários públicos poderão ser efetivados e poderão ter as garantias que pleiteiam. É isto mesmo que desejam. Enviaram já um abaixo-assinado ao Sr. Secretário da Fazenda e ao sr. Go-

vernador do Estado, se não me falha a memória, solicitando a realização de concurso desta natureza, para que possam ter, a partir de então, todas as garantias que possuem os funcionários efetivados em nosso Estado. Nobre Deputado Ivo Tomazoni, nada mais é do que a expressão da verdade, que estes funcionários precisam serviços há três anos, sem a possibilidade de um atendimento médico do IPE, sem receber férias, sem receber salário-família e 13.º salário. Em seu memorial afirmam eles que seria muito fácil se utilizarem de meios ilícitos na função que exercem, de fiscais, mas a honestidade impede que ajam desta forma, porque colocam, acima de tudo, a honra e a moral e preferem passar por necessidades do que agirem de forma a terem que se envergonhar no futuro. Registraram já através da imprensa a uns três meses atrás, através da "Folha de Londrina", enviaram um abaixo assinado a Secretaria da Fazenda e enviaram há poucas dias a nossa pessoa um memorial solicitando que abordássemos o problema nesta Casa Legislativa. Além de todo esse drama de ordem funcional, nobre Deputado Ivo Tomazoni, alegam também estes fiscais de rendas internas que não recebem os seus salários há mais de quatro meses e solicitam também que façamos um apelo através desta Tribuna ao Sr. Secretário da Fazenda, para que coloquem em ordem os seus vencimentos, pois sem condições materiais dificilmente poderão realizar as funções que ocupam, sobretudo neste Governo que prometera acabar com a sonegação no momento em que o Governo procura arrecadar mais. Desta forma, Sr. Presidente, não procuramos neste requerimento ofender o Governo do Estado. Pelo contrário, procuramos ser bastante discretos, sem fazer alarde, sem vir para a Tribuna sem fazer pronunciamentos demagógicos, apenas fizemos um relato sintético da situação através de um requerimento que iria às mãos do sr. Secretário da Fazenda. Só ocupamos a tribuna para esclarecer os fatos, e volto a repetir, as palavras aqui empregadas são única e exclusivamente a verdadeira expressão da verdade.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Requerimento. — **Aprovado.**

O SR. MUGGIATI FILHO — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Após os debates que envolvem a importante matéria referente a uma declaração de inconstitucionalidade, do Supremo, no tocante a atos deste Poder Legislativo. E, após a nossa indicação muito honrosa, por parte do eminente Líder de nossa Bancada, para integrarmos a Comissão que para tratar desse assunto, deverá ir à Capital da República, gostaríamos de fazer dois registros:

O primeiro deles, seria o nosso agradecimento às bondosas palavras pronunciadas pelos Srs. Deputados Fuad Nacli e Erondy Silvério, imerecidamente, com relação a este Deputado; em segundo lugar, deduz-se dos debates, que existe mesmo, dentro desta Casa, em especial, com relação a douta Comissão Executiva, uma série de divergências de opiniões, no tocante à interpretação e ao caminho que deve seguir o Poder Legislativo do Paraná, referentemente a essa declaração de inconstitucionalidade, tendo em vista que sentimos no Plenário desta Casa, que o que anima as duas lideranças desta Assembléia, em consonância com a douta Primeira Secretaria, parece divergir do entendimento dos demais eminentes membros da Comissão Executiva e levando-se em consideração também que esta missão, para cercar-se de êxito, deveria ou deverá defender um ponto de vista

uníssonio, parecendo contraditório e até flagrantemente contra os objetivos da própria Constituição que se vá debater este assunto ou se vá defender a contradição dentro do que se vai defender em Brasília, dois pontos de vista diferentes.

Modestamente, mas expressando a sinceridade de quem quer trazer para esta Casa uma solução adequada aos princípios externados pelas vozes eminentes que se pronunciaram sobre a matéria, deixamos este apelo de que a Comissão Executiva defenda em Brasília somente um princípio, somente um ponto de vista.

Obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 141-71;
- 2.a Discussão — dos Projetos de Lei ns. 79-71, 104-71;
- 1.a Discussão — dos Projetos de Lei ns. 193-70, 27-71, 75-71;

A Presidência comunica aos srs. Deputados que amanhã, às 14,00 horas, haverá Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.